

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

PARTE I – ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

1. COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS e ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.1. Composição da Câmara Municipal
- 1.2. Composição da Assembleia Municipal
- 1.3. Organização dos Serviços

PARTE II – RECURSOS HUMANOS

1. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

- 1.1. Controlo do Mapa de Pessoal
- 1.2. Custos com Pessoal e Afectação Limite Legal
- 1.3. Absentismo / Assiduidade
- 1.4. Formação Profissional

PARTE III – SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

- 1.1. Execução Orçamental da Receita
- 1.2. Execução Orçamental da Despesa
- 1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano
- 1.4. Indicadores de Gestão Orçamental

2. ANÁLISE PATRIMONIAL: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

- 2.1. Análise ao Balanço
- 2.2. Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)
- 2.3. Afectação dos Limites Legais ao Endividamento Líquido
- 2.4. Análise à Demonstração de Resultados
- 2.5. Indicadores de Estrutura e de Gestão patrimonial
- 2.6. Anotações dos factos relevantes verificados após encerramento do Exercício
- 2.7. Proposta de Aplicação de Resultados

PARTE IV – RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS (SIADAP 1)

1. NOTA INTRODUTÓRIA
2. RESULTADOS ALCANÇADOS E DESVIOS VERIFICADOS NOS OBJECTIVOS DE SERVIÇO
 - 2.1. Resultados Alcançados nos Objectivos Operacionais
 - 2.2. Análise aos Desvios Verificados
3. APRECIACÃO, POR PARTE DOS UTILIZADORES EXTERNOS, DA QUANTIDADE E QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO E AUTO-AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS FEITA PELOS COLABORADORES
 - 3.1. Resultados dos Inquéritos realizados à Satisfação dos Munícipes
 - 3.2. Resultados da Audição dos Colaboradores – Auto-Avaliação dos Serviços
4. CAUSAS DE INCUMPRIMENTO DE ACÇÕES E PROJECTOS NÃO EXECUTADOS OU COM RESULTADOS INSUFICIENTES
 - 4.1. Identificação dos Projectos e/ou Acções não Cumpridos
 - 4.2. Causas de Incumprimento dos Projectos, Acções ou Metas Definidas
5. MEDIDAS CORRECTIVAS A IMPLEMENTAR E CONDICIONALISMOS QUE PODEM AFECTAR OS RESULTADOS
 - 5.1. Medidas Correctivas a Implementar
 - 5.2. Identificação dos Condicionaisismos que afectaram os Resultados
 - 5.3. CONCLUSÕES (Apreciação Global do Desempenho dos Serviços)

PARTE V – RELATÓRIO SOBRE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E DE INFRACÇÕES CONEXAS

1. MEDIDAS DE CONTROLO / AUDITORIAS REALIZADAS
2. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS
 - 2.1. Análise *Swot* aos Domínios de Intervenção definidos no Plano
 - 2.1.1. Contratação Pública
 - 2.1.2. Concessão de Benefícios Públicos
 - 2.1.3. Gestão Financeira
 - 2.1.4. Ordenamento do Território

2.1.5. Políticas de Gestão de Recursos Humanos

2.2. Medidas Correctivas a Adoptar

3. PROPOSTAS DE MELHORIA

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BALANÇO SOCIAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

INTRODUÇÃO

O ano de 2009 foi particularmente difícil, com a eclosão de uma crise financeira mundial com reflexos extremamente penosos para a economia nacional, repercutindo-se igualmente nas finanças locais. Em 2010 esta situação agravou-se substancialmente, através da quebra generalizada da actividade da construção civil, principal geradora de receitas próprias dos Municípios, a par da implementação dos PEC 1 e 2, através de cortes nas transferências do OE para as Autarquias. Por outro lado, o aumento do IVA, consubstanciou um aumento da receita do estado, mas em simultâneo, o aumento da despesa das Autarquias. O mesmo acontecendo com o agravamento das contribuições patronais sobre a massa salarial. A par de tudo isto, o agravamento das tarifas da energia, do tratamento de RSUs e do tratamento de efluentes, agravaram significativamente a estrutura de custos correntes das Autarquias, sem que seja possível a sua repercussão tarifária nos munícipes, com vista à aplicação da fórmula do poluidor/pagador, sob pena da difícil vida dos nossos concidadãos, ser transformada num autêntico inferno.

A implementação em velocidade cruzeiro do QREN, poderia e deveria ser uma alavanca fundamental especialmente numa conjuntura altamente desfavorável, como a que vivemos. No entanto, a excessiva burocracia à volta do QREN, não obstante todos os esforços, da actual equipa do ME, não permitiu o aproveitamento máximo desta ferramenta conjuntural, que teria possibilitado melhor performance financeira, minimizando o endividamento, dos principais agentes executores, como é o caso das Autarquias.

A descida do crescimento potencial da nossa economia, reflectiu-se no aumento inevitável do desemprego estrutural, com taxas de participação da população activa mais baixas e o forte decréscimo do investimento privado e de cariz público,

o qual terá tido efeitos sobre o *stock* de capital existente para os empreendedores da iniciativa privada e também para o Estado, provocando o “desaceleramento” do investimento público.

Retardaram-se as iniciativas comunitárias e o consequente financiamento de projectos no âmbito do QREN, resultando a nível nacional, numa baixa taxa de execução dos investimentos previstos nos orçamentos camarários.

Todavia, a magnitude destes efeitos é ainda muito incerta e as projecções para o crescimento potencial, e, em conformidade, para o desvio do produto, estão sujeitas a um grau de incerteza mais elevado ainda do que o habitual. Não obstante, espera-se que o estimado desvio do produto continue a ser significativamente negativo ao longo do horizonte de projecção também para o ano de 2010 e dois anos próximos.

O desemprego estrutural também se fez sentir no Concelho da Batalha. Perspectivando-se os efeitos nefastos da crise para as nossas famílias, a Autarquia decidiu, em boa hora, adoptar medidas reducionistas das taxas camarárias, cujos efeitos proteccionistas e de apoio às famílias se fizeram sentir, com maior preponderância, nas participações familiares aplicadas às crianças que frequentaram as Actividades de Tempos Livres no 1º ciclo do ensino básico e pré-escolar.

É nesta conjuntura difícil que devemos enquadrar a análise das demonstrações financeiras que iremos apresentar no presente relatório.

PARTE I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

1. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços

1.1. Composição da Câmara Municipal

Constituída por 7 membros (1 Presidente e 6 Vereadores) e, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 75 da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o mandato dos órgãos das Autarquias Locais têm a duração de quatro anos.

Novo Executivo (início de funções a 26/10/2009):



Presidente: António José Martins de Sousa Lucas



Vereador em Regime de Permanência: Carlos Alberto de Oliveira Henriques

Pelouros: Operações Urbanísticas, Educação,
Associativismo, Ambiente e Salubridade



Vereador em Regime de Permanência: Cíntia Manuela da Silva

Pelouros: Acção Social, Cultura, IPSS e Saúde

Vereadores sem pelouros atribuídos



José Tiago Ferreira Couto Duarte



Francisco Meireles Cardoso



Graça Maria Henriques Pereira



Horácio Moita Francisco

1.2. Composição da Assembleia Municipal

Deputados Municipais (início de funções a 26/10/2009):

Deputados Municipais

José Vieira dos Reis (Presidente)

Henrique Amado Carvalho

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos (Vice-Presidente)

Nuno Miguel Costa Monteiro

Colette Pedrosa de Sousa (Secretário)

António Joaquim Soares Zeferino

Luís Miguel Chagas Vieira Martins

Tânia Sofia Pereira de Oliveira

António dos Reis Ferreira
Nelson Luís Monteiro Guerra
Alberto de Matos
Mariana Cecília Ligeiro Justo
João Manuel Guerra Bastos

Maria Irene Moreira de Sousa

Luís Miguel Ribeiro Ferraz

Tânia Marisa Correia Oliveira

Raquel Maria Cunha Ferreira

Paulo Fernando Romão Encarnação

António Carlos Costa Jordão

Cristóvão Mira Ribeiro

Leonor Ferreira Faustino

Germano Santos Pragosa (Presidente da
Junta Freguesia da Batalha)

Carlos Alberto Monteiro dos Santos
(Presidente da Junta de Freguesia da
Golpilheira)

António Fernando Martins de Sousa Lucas
Presidente da Junta de Freguesia do
Reguengo do Fetal)

Silvestre Pereira Carvalhana (Presidente da
Junta de Freguesia de São Mamede)

1.3. Organização dos Serviços

Na sequência da aplicação do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, procedeu-se à adaptação da estrutura e organização dos serviços autárquicos à realidade actual, tendo sido publicado novo Regulamento dos Serviços, em D.R. n.º 245, IIª Série, de 21/12/2010, após aprovação das estruturas orgânicas em Assembleia de 30/09/2010, sob proposta da Câmara de 16/09/2010.

A Organização Interna dos serviços municipais obedece agora a um **Modelo Estrutural Hierarquizado**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artº 9º, em conjugação com o Artº 10º do D.L. n.º 305/2009, de 23 de Outubro. A adequação da estrutura orgânica da Câmara de Municipal foi concebida com o objectivo de:

- Assegurar uma melhoria das condições de exercício da missão, das funções e das atribuições da autarquia, respondendo de forma mais eficaz e eficiente aos principais constrangimentos de organização funcional e de recursos, face ao aumento das competências e à evolução da exigência de qualidade dos serviços por parte dos cidadãos utilizadores;
- Criar um novo modelo flexibilizado de funcionamento, em função dos objectivos, utilizando de forma mais racional o pessoal e as tecnologias disponíveis;
- Favorecer o estabelecimento de metodologias de trabalho transversais a toda a organização, a agregação e partilha de serviços e equipas multidisciplinares que satisfaçam necessidades comuns a várias unidades orgânicas;
- Reforçar as competências de gestão, garantindo uma unidade nuclear com visão transversal a toda a organização que coordene as acções necessárias para maior interacção entre serviços e consequente prossecução dos objectivos estratégicos definidos pelos órgãos do município;
- Assegurar uma relação equilibrada e motivadora com um mínimo de flexibilidade capaz de integrar as mudanças que se operaram no sector público, por via das medidas de contenção do Plano de Estabilidade e Crescimento;
- Garantir maior eficiência e controlo dos instrumentos de apoio à gestão, designadamente Mapa de Pessoal, Sistema de Avaliação dos Serviços e Orçamento, através de uma nova orgânica de reporte da decisão.

Pela Assembleia Municipal foi fixada a seguinte estrutura:

A. Número Máximo de Estruturas Nucleares (1):

- Departamento de Administração Geral, que compreende os serviços das áreas: financeira, recursos humanos, jurídica, administrativa, desenvolvimento económico e social, qualidade, controlo de gestão e auditoria.

B. Número Máximo de Estruturas Flexíveis (5):

A dotação máxima de Unidades Orgânicas Flexíveis é fixada em **5**, correspondente à seguinte estrutura:

- Divisão de Ordenamento do Território;
- Divisão de Manutenção e Exploração;
- Divisão de Obras Municipais;
- Divisão da Educação, Cultura e Desporto;
- Divisão Financeira e do Património.

C. Número Máximo de Subunidades Orgânicas (5):

A dotação máxima de Subunidades Orgânicas é fixada em **5**, correspondente à seguinte estrutura:

- Subunidade Orgânica de Apoio Administrativo à Divisão da Educação, Cultura e Desporto;
- Subunidade Orgânica de Gestão Escolar;
- Subunidade Orgânica de Contabilidade;
- Subunidade Orgânica de Apoio Administrativo à Divisão de Obras Municipais;
- Subunidade Orgânica de Tesouraria.

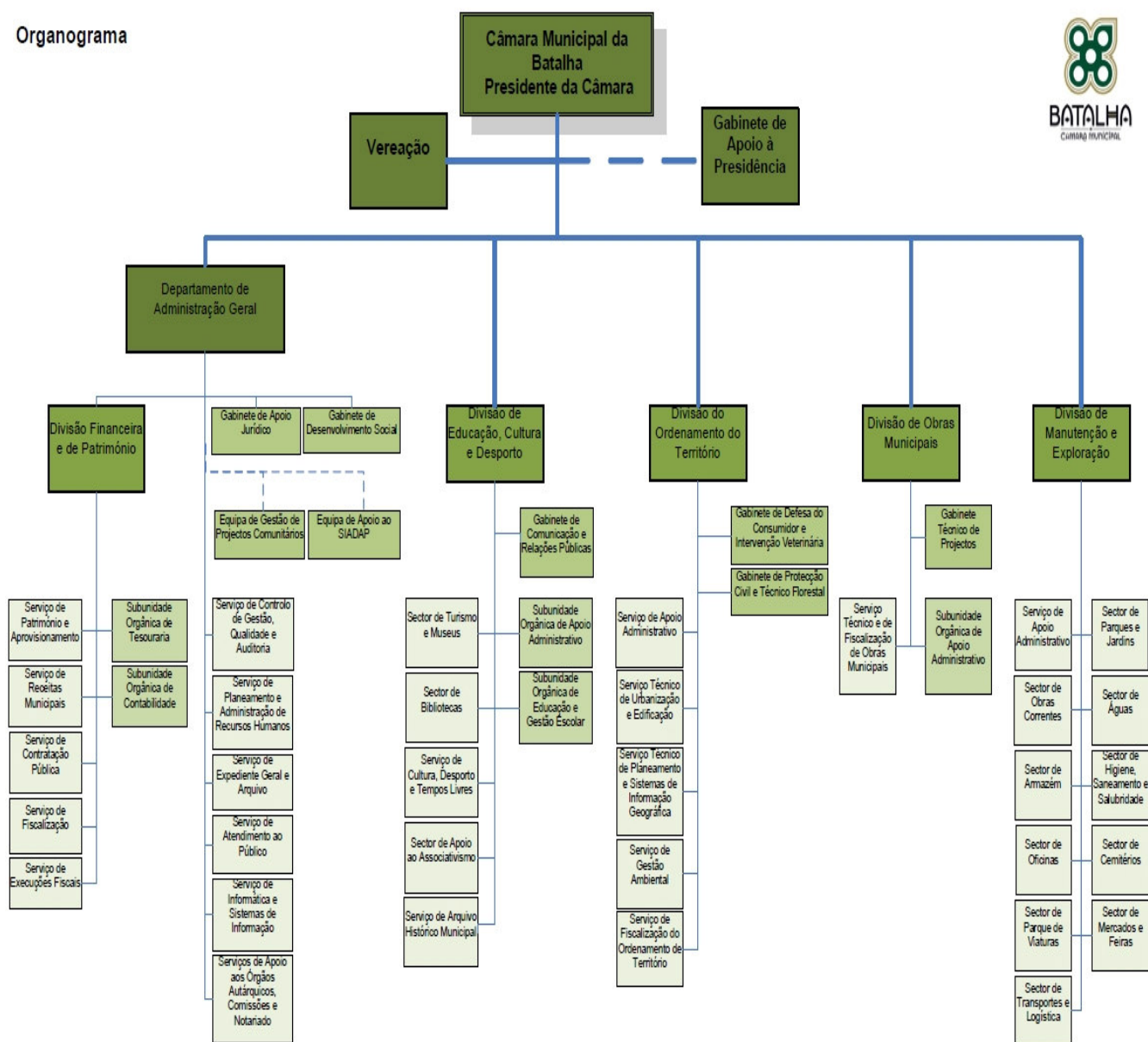
D. Número Máximo de Equipas de Projecto (2):

Nos termos do Artº 11º do A dotação máxima de Equipas de Projecto é fixada em **(2)**, correspondente à seguinte estrutura:

- Equipa de Gestão de Projectos Comunitários;
- Equipa de Projecto de Apoio ao SIADAP.

Da qual resultou o seguinte organograma dos serviços:

Organograma



Modelo Estrutural Hierárquico – Conforme Dec.Lei 305/2009, de 23 de Outubro

PARTE II - RECURSOS HUMANOS

1. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

1.1. Controlo do Mapa de Pessoal

A estrutura de recursos humanos em 31 de Dezembro, era composta por 101 colaboradores, menos 2 funcionários do que no ano anterior.

O *Índice de Tecnicidade* da autarquia continua bastante elevado, acima dos 30%, o que revela uma aposta forte em quadros especializados. No universo dos 308 municípios, este indicador situa-se ligeiramente acima dos 6%.

No que diz respeito à relação de vínculo, podemos concluir que 15,84% da estrutura de recursos humanos (16 trabalhadores) se encontrava com regime de vínculo por contrato a termo resolutivo, sendo que, metade destes colaboradores, se encontravam integrados como docentes das AEC's. No ano anterior, a taxa de contratados a termo certo era de 25,27%, concluindo-se que a Autarquia adoptou uma política de recrutamento por modalidade de contrato de trabalho em regime de funções públicas por tempo indeterminado, garantindo maior estabilidade na sua estrutura de recursos humanos e diminuindo a precariedade de emprego nos diferentes grupos profissionais. O efectivo total da autarquia, distribuído por classes profissionais, está expresso no quadro seguinte:

Efectivo Total distribuído por Relação de Vínculo

Classes	Relação de Vínculo				Total
	CT Tmp Indet.	Comissão Serviço	CT Termo	Outra	Total
Dirigentes		4			4
Técnicos Superiores	12		14		26
Assistentes Técnicos	29		2		31
Assistentes Operacionais	39				39
Informática	1				1
Outros	-				-
TOTAL	81	4	16	-	101
Prestadores de Serviços		-	-	-	-

No entanto, a estrutura manteve-se estabilizada, apesar de se terem concretizado 24 novas admissões, das quais destacamos os docentes das AEC's (11) e os assistentes operacionais para a Divisão de Manutenção e Exploração (9), situações que vieram colmatar significativas insuficiências nos serviços de manutenção coordenados pela referida unidade orgânica e da necessidade de assegurar a competência delegada pelo Ministério da Educação no apoio às actividades de enriquecimento curricular nas escolas primárias do Concelho da Batalha.

Admissões de Colaboradores

Classes	Procº Concursal	Comissão Serviço	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes				0
Técnicos Superiores	13			13
Assistentes Técnicos	1			1
Assistentes Operacionais	10			10
Informática				0
Outros				0
TOTAL	24	0	0	24

Em contrapartida, registaram-se 23 saídas, das quais destacamos a caducidade de 13 contratos a termo (8 técnicos superiores das Actividades de Enriquecimento Curricular; 1 técnico superior da área de informática; 1 técnico superior da área florestal; e 3 assistentes operacionais) e a saída de uma dirigente por cessação da comissão de serviço; bem como de uma técnica do gabinete jurídico e 1 assistente

operacional por revogação contratual. Saíram ainda 5 colaboradores, por aposentação.

Saídas de Colaboradores

Classes	Caducidade CT Termo	Revogação e outras situações	Aposentações	TOTAL
Dirigentes		1		1
Técnicos Superiores	10	3		13
Assistentes Técnicos			3	3
Assistentes Operacionais	3	1	2	6
Informática				0
Outros				0
TOTAL	13	5	5	23

1.2. Custos com Pessoal e afectação do Limite Legal

As despesas orçamentais com pessoal ascenderam a 1.999.225 €, verificando-se um aumento em relação ao ano anterior de apenas 7.530 € [+0,4%], tendo sido adoptadas as medidas de contenção da despesa previstas na Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, no D.L. nº 72-A/2010, de 18 de Junho e na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho. O nível de controlo exercido sobre as despesas com pessoal, garantiram um crescimento nominal inferior à taxa de inflação. Por aplicação das regras dos referidos normativos, foi assumida a não aplicação da opção gestonária prevista na Lei nº 12-A/2007 (LVCR).

As Despesas com pessoal mantiveram-se no limite legal imposto pelos D.L. nº 116/84 e 44/85. Este limite só foi parcialmente utilizado em 42,5%, registando-se uma diminuição de 0,1% em relação a período homólogo do ano anterior, correspondendo a uma menor afectação dos limites impostos.

Custos com Pessoal

Descritivo	2009	2010	Peso %	Var. 09-10
Remunerações Certas e Permanentes	1.482.945	1.464.936	73,4%	-1,2%
Membros dos Órgãos Autárquicos	79.663	106.586	5,3%	33,8%
Pessoal do Quadro	886.773	897.852	45,0%	1,2%
Pessoal em qualquer outra situação	30.292	36.898	1,8%	21,8%
Pessoal em Regime de tarefa ou avença	32.108	25.107	1,3%	-21,8%
Pessoal c/ contrato a Termo Certo	198.513	150.184	7,5%	-24,3%
Rem. Doença e maternidade/paternidade	43.566	30.556	1,5%	-29,9%
Subsídio de Férias e de Natal	212.029	217.754	10,9%	2,7%
Outras Despesas c/ Pessoal	196.078	191.714	9,6%	-2,2%
Deslocações e Ajudas de Custo	7.071	7.908	0,4%	11,8%
Trabalho Extraordinário	29.557	31.740	1,6%	7,4%
Subsídio de Refeição	103.488	109.568	5,5%	0,0%
Abonos Diversos	1.265	1.263	0,1%	-0,2%
Abonos e Senhas Presença	19.732	6.893	0,3%	-65,1%
Representação	29.522	34.341	1,7%	16,3%
Suplementos e Prémios	5.442		0,0%	100,0%
Segurança Social	309.672	339.575	17,0%	9,7%
Pensões	822	3.369	0,2%	309,9%
Encargos com a Saúde	50.276	67.986	3,4%	35,2%
Subsídio familiar a crianças e jovens	17.866	33.241	1,7%	86,1%
Contribuições Segurança Social - Regime Geral	56.281	60.298	3,0%	7,1%
Contribuições Segurança Social Func. Públicos	174.575	165.150	8,3%	-5,4%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0	0,0%	
Seguros de Pessoal	9.852	9.530	0,5%	-3,3%
TOTAL	1.988.695	1.996.225	100%	0,4%

O indicador do limite legal de custos com pessoal reflecte uma boa política de gestão de recursos. A nível nacional, constitui uma das mais baixas percentagens de representatividade das despesas com pessoal sobre a receita corrente (de apenas 25,5%).

Limite Legal _ Custos com Pessoal

Ano referência	2009	2010
Nº Efectivos (Trabalhadores)	103	101
Custo Médio por Efectivo	19.308	19.765
<i>Limite Legal de Afectação Receita Corrente</i>	25,6%	25,5%
(*) Segundo D.L. 116/84 e 44/85, o limite legal de afectação dos custos com pessoal sobre receitas correntes do ano anterior ao respectivo exercício é de 60%.		
% Afectação do Limite Legal (D.L.116/84 e 44/85)	42,6%	42,5%

1.3. Absentismo / Assiduidade

O absentismo traduzido no número de dias de ausência ascendeu os 2.686 dias. No ano anterior registaram-se 1.942 dias de ausência. Significa que, no ano em análise, houve um acréscimo de absentismo de 744 dias [+ 38,31%], devido, fundamentalmente, ao usufruto de direitos conferidos pelo novo regime jurídico da parentalidade (grupos profissionais de técnicos superiores – 382 dias e assistentes técnicos – 114 dias).

Absentismo

Classes	Dias de Absentismo (faltas) / Férias							Total F/ Dias
	Casamento	Falec ^o Familiar	Doença	Por Ac. Trab	Assist. Familiar	Trab. Estudante	Outras	
Dirigentes		6	1		10		2	19
Técnicos Superiores		7	80		382	4	32	505
Assistentes Técnicos		2	206		120	100	95	523
Assistentes Operacionais		17	1387	52	148		35	1639
Informática								0
Outros								0
TOTAL	0	32	1674	52	660	104	164	2686

1.4. Formação Profissional

No ano em análise, foram ministradas 364 horas de formação, assim distribuídas por grupos profissionais:

- Dirigentes (112 h);
- Técnicos Superiores (140 h);
- Assistentes Técnicos: (112 h).

Esta carga horária corresponde à participação em 26 acções de formação que tiveram um custo global directo 4.218,11 €, muitas delas financiadas integralmente pela Comunidade Europeia. Os encargos com a medicina, higiene e segurança do trabalho ascenderam os 6.708,36 €.

PARTE III - SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

1.1. Execução Orçamental da Receita

No exercício de 2010 verificou-se um aumento global das receitas cobradas em 12,19%, relativamente ao ano anterior. A tendência de crescimento das receitas correntes cobradas de 3,66% a que corresponde um aumento de 288.131,04 €, foi fortemente influenciada pela recuperação da dívida em atraso da concessionária do sistema de abastecimento público das águas do Concelho da Batalha, Águas do Lena, S.A., relativamente a receitas de taxas de saneamento e de lixo de praticamente 2 exercícios económicos. Contudo, a forte crise económica fez-se reflectir na cobrança de taxas de operações urbanísticas, podendo tirar-se a ilação de que o aumento da receita corrente resultou de proveitos gerados em exercícios anteriores.

Repara-se que a rubrica das *Taxas, Multas e Outras penalidades* cresceu 185,64% [+ 525.397 €], correspondendo a aumentos da conservação e tratamento de resíduos sólidos urbanos [+428.310 €], conservação e tratamento de esgotos [+114.746 €]. Por outro lado, recuperou-se a dívida de 2009 e 2010 da ISERBATALHA, E.E.M. perante o Município, respeitante às comparticipações familiares da alimentação fornecida às escolas do 1º CEB e jardins de infância da rede pública de ensino do Concelho da Batalha. A recuperação desta dívida possibilitou um aumento de 217.096,29 €, correspondendo a uma taxa de crescimento de 358,60 % em relação a período homólogo do ano anterior.

As receitas de capital cobradas tiveram um crescimento real de 33,8% [+1.026.511,07 €], tendência fortemente influenciada pelo aumento das receitas provenientes dos fundos comunitários (QREN) que registaram um acréscimo de 130,40 % [+1.022.696,05 €]. Em 2010, recebemos dos fundos comunitários 1.806.995,38 €, representando 44,46 % das receitas de capital da autarquia. As receitas do QREN garantiram a cobertura financeira de 35,51 % dos investimentos realizados directamente pela autarquia.

Os projectos integrados no QREN que obtiveram contrapartidas comunitárias no ano em análise, foram o Centro Educativo da Batalha [770.927,35 €]; o Campo de Futebol Sintético [82.310,56 €]; a Beneficiação do Caminho Municipal 1443 – Estrada de Fátima à Torre [189.618,06 €]; a construção do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha [179.811,85 €]; a Requalificação do Largo da Feira de S. Mamede [70.517,63 €] e a Requalificação do Largo 14 de Agosto [513.809,93 €]. Até 31/12, estavam submetidas nas plataformas electrónicas dos fundos comunitários 17 candidaturas do Município da Batalha, representando um volume de investimento global no montante de 13.103.805,70 €, das quais 6 já se encontravam aprovadas cujo investimento era de 5.143.303,14 €.

Registou-se uma quebra na rubrica dos *rendimentos de propriedade* em 545.805 €. No ano anterior obtivemos uma receita excepcional de 1.010.500,75 € de rendas de concessão e exploração de parques eólicos. Em 2010, a renegociação do contrato de com Águas do Lena, S.A., permitiu um encaixe financeiro de 454.960 € de rendas da concessão da exploração do sistema de abastecimento de águas do Concelho da Batalha. Com a entrada em vigor da nova Lei de Finanças Locais, em 01/01/2007, a nossa capacidade de endividamento cresceu exponencialmente, devido ao facto do nosso passivo de curto prazo ser diminuto, sendo das mais expressivas a nível nacional.

No que diz respeito às despesas totais, podemos constatar que aumentaram em 1.581.254 €, cuja taxa de crescimento foi de 12,84 % em relação ao ano anterior. O efeito de crescimento resultou da dinâmica de investimento e do grau de concretização das grandes opções do plano. As despesas de capital tiveram um crescimento real de 44,01% [+1.698.106,54 €] em virtude dos investimentos realizados na reabilitação urbana, educação, desporto e cultura. Em contrapartida, as despesas correntes diminuíram em 1,7% em relação a período homólogo do ano anterior.

Em termos de execução de receita, verifica-se que foram liquidados, em 2010, 12.033.824,00 €. Em igual período do ano anterior a receita liquidada foi de 11.230.627,42 €. A taxa de execução orçamental situou-se nos 66,7%, denotando um crescimento nominal de 5,5 pontos percentuais em relação ao ano passado. Ao analisarmos as rubricas mais importantes (com mais de 2 milhões de euros de dotação orçamental) verificámos um excelente grau de realização de receitas relacionadas com Impostos Directos, Taxas e Transferências de Capital, pelos motivos já expostos. Diminuímos a dependência das receitas externas provenientes de empréstimos bancários.

Execução da Receita (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2009					Exercício 2010				
	Orçada	Liquidada	Cobrada (Liquidada)	Desvio (valor)	Tx.Exec.	Orçada	Liquidada	Cobrada (Liquidada)	Desvio (valor)	Tx.Exec.
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	[1]	[2]	[3]	6 = [3-1]	6 = [3/1]
01 Impostos Directos	2.295.186	2.479.523	2.442.474	147.288	106,4%	2.421.708	2.601.424	2.581.673	159.965	106,6%
02 Impostos Indirectos	259.359	161.476	159.427	-99.933	61,5%	180.602	138.155	140.309	-40.293	77,7%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	406.994	516.371	283.025	-123.969	69,5%	910.368	592.436	808.422	-101.946	88,8%
05 Rendimentos de Propriedade	1.537.737	1.636.125	1.512.942	-24.795	98,4%	694.965	848.115	971.298	276.333	139,8%
06 Transferências Correntes	3.178.170	3.148.189	3.148.189	-29.981	99,1%	3.387.547	3.167.367	3.167.367	-220.180	93,5%
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	500.369	218.436	262.557	-237.812	52,5%	388.786	562.679	449.220	60.434	115,5%
08 Outras Receitas Correntes	9.260	28.226	25.395	16.135	274,2%	32.157	16.680	16.154	-16.003	50,2%
Receitas Correntes	8.187.075	8.188.347	7.834.008	-353.067	95,7%	8.016.133	7.926.856	8.134.443	118.310	101,5%
09 Venda de Bens de Investimento	375.000	0	0	-375.000	0,0%	500.000		0	-500.000	0,0%
10 Transferências de Capital	6.705.528	2.281.371	2.281.371	-4.424.157	34,0%	7.049.464	3.282.528	3.282.528	-3.766.936	46,6%
11 Activos Financeiros	0	0	0	0	0,0%			0	0	0,0%
12 Passivos Financeiros	2.500.000	750.000	750.000	-1.750.000	30,0%	3.000.000	675.000	675.000	-2.325.000	22,5%
13 Outras Receitas de Capital	1.000	6.006	6.006	5.006	600,6%	8.008	145.277	106.360	98.352	1328,2%
Receitas Capital	9.581.528	3.037.377	3.037.377	-6.544.151	31,7%	10.557.472	4.102.805	4.063.888	-6.493.584	38,5%
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	1.500	4.903	4.903	3.403	326,9%	4.359	4.162	4.162	-197	95,5%
Saldo da Gerência Anterior *	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Total	17.770.103	11.230.627	10.876.288	-6.893.815	61,2%	18.577.964	12.033.824	12.202.494	-6.375.470	65,7%

* Não considerada utilização de Saldo de Gerência Anterior.

As receitas fiscais aumentaram globalmente 4,1%, sendo determinante o crescimento dos impostos directos, designadamente IMI, IMT e IUC. A derrama decaiu 5,6 pontos percentuais, fruto da recessão económica.

Receita Fiscais (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2009				Exercício 2010				Var. (%)
	Orçada	Cobrada	Desvio (valor)	Tx.Exec.	Orçada	Cobrada	Desvio (valor)	Tx.Exec.	RC '09 - 10
	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	
IMI / Contribuição Autárquica	1.000.790	1.092.922	92.132	109,2%	1.102.573	1.167.071	64.498	105,8%	6,8%
IUC / IMV	210.004	264.799	54.795	126,1%	234.444	285.372	50.928	121,7%	7,8%
IMT / SISA	765.535	697.578	-67.957	91,1%	723.475	763.835	40.360	105,6%	9,5%
Derrama	318.857	387.174	68.317	121,4%	361.216	365.395	4.179	101,2%	-5,6%
Impostos Abolidos	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Outros	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Impostos Directos	2.295.186	2.442.473	147.287	106,4%	2.421.708	2.581.673	159.965	106,6%	5,7%
Mercados e Feiras	55.158	39.228	-15.930	71,1%	47.033	40.391	-6.642	85,9%	3,0%
Loteamentos e Obras Urbanização	141.658	92.278	-49.380	65,1%	93.132	77.553	-15.579	83,3%	-16,0%
Ocupação Via Pública	7.938	8.525	587	107,4%	8.313	8.427	114	101,4%	-1,1%
Publicidade	9.511	9.471	-40	99,6%	9.597	8.842	-755	92,1%	-6,6%
Outros Imp. Indirectos	4.097	1.727	-2.370	42,2%	2.932	2.227	-705	76,0%	29,0%
Impostos Indirectos	218.362	151.229	-67.133	69,3%	161.007	137.440	-23.567	85,4%	-9,1%
Mercados e Feiras	197	11	-186	5,4%	294	376	82	127,8%	3418,5%
Loteamentos e Obras Urbanização	201.872	68.475	-133.397	33,9%	135.905	75.232	-60.673	55,4%	9,9%
Ocupação Via Pública	1.873	2.799	926	149,4%	1.896	1.819	-77	95,9%	-35,0%
Caça, uso e porte de arma	836	194	-642	23,2%	265	145	-120	54,6%	-25,4%
Licenciamento Industrial	77	0	-77	0,0%	59	32	-27	54,2%	100,0%
Multas, Outras Penalidades e outras Taxas	9.854	25.265	15.411	256,4%	9.238	3.330	-5.908	36,0%	-86,8%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	214.709	96.744	-117.965	45,1%	147.657	80.933	-66.724	54,8%	-16,3%
Total	2.728.257	2.690.446	-37.811	98,6%	2.730.372	2.800.046	69.674	102,6%	4,1%

O grau de execução dos impostos directos situou-se nos 2.581.673 € (106,6% de taxa de execução), ou seja, superior em cerca de 160 mil euros face ao previsto.

Para este desempenho contribuiu, de forma decisiva, o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) o qual tinha um valor orçamentado de receita de cerca de 1.102 mil euros, tendo sido cobrado 1.167 milhões de euros (+ 65 euros face ao previsto). Tratando-se de receitas próprias do Município, a sua elevada execução terá repercussões positivas nos orçamentos dos próximos exercícios. Quanto aos Passivos Financeiros, o Município tinha orçamentado 3 milhões de euros relacionados com linha de crédito para financiar diversos investimentos, contudo, em 2010, o Município apenas utilizou 675 mil do empréstimo já contratualizado com a Caixa de Crédito Agrícola em 2007. A taxa de cobertura das receitas de

capital por passivos financeiros foi de 16,61 %, quando no ano anterior havia sido de 24,69%.

1.2. Execução Orçamental da Despesa

Como se pode aferir, o grau de execução do orçamento da despesa (despesas pagas/orçamento anual) atingiu os 66,3%, mais 5,9 pontos percentuais em relação ao comparativo com o ano anterior.

Execução da Despesa

	Despesa Orçada (corrigida)	Despesa Comprometida	Despesa Paga	Desvio	Taxa Execução (%)	Comprometida e Não Paga
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	6 = [2-3]
01 Pessoal	2.526.334	2.012.098	1.996.225	-530.109	79,0%	15.874
02 Aquisição de bens e Serviços	4.140.470	4.027.711	3.329.143	-811.327	80,4%	698.567
03 Juros e Outros encargos	48.492	24.455	13.895	-34.597	28,7%	10.561
04 Transferências Correntes	685.668	675.203	622.439	-63.229	90,8%	52.764
05 Subsídios	615.670	615.274	615.274	-396	99,9%	0
06 Outras Despesas Corrente	213.857	209.514	181.623	-32.234	84,9%	27.891
Despesas Correntes	8.230.491	7.564.255	6.758.599	-1.471.892	82,1%	805.656
07 Aquisição de Bens de Capital	9.854.799	9.068.977	5.089.168	-4.765.632	51,6%	3.979.809
08 Transferência de Capital	341.680	329.779	327.059	-14.621	95,7%	2.720
09 Activos Financeiros	10			-10	0,0%	0
10 Passivos Financeiros	145.434	140.432	140.432	-5.003	96,6%	0
11 Outras Despesas Capital	500			-500	0,0%	0
Despesas Capital	10.342.423	9.539.187	5.556.658	-4.785.765	53,7%	3.982.529
Total	18.572.914	17.103.442	12.315.257	-6.257.657	66,3%	4.788.185

O grau de execução da classe 07 – Aquisição de bens de capital foi bem mais expressivo no ano em análise, contributo fundamental do financiamento obtido através dos fundos comunitários. Em 2009 a taxa de execução foi de 37,4%, atingindo os 51,6% em 2010. Contudo, a despesa comprometida nesta rubrica atingiu 17,1 milhões de euros, quase três vezes mais do que no ano anterior (7,031 milhões de euros). Cremos que em 2011, acentuar-se-á a cobertura financeira dos projectos comparticipados pela comunidade europeia. O peso relativo (%) da despesa corrente sobre as despesas totais decresceu em 6,3% no ano económico em análise, verificando-se algumas mudanças estruturais do comportamento global da despesa por influências das receitas do QREN.

Comparativo da Despesa (2009 – 10)

	2009			2010			Var. %
	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	DR '09 -10
01 Pessoal	1.988.695	2.014.159	13,4%	1.996.225	2.012.098	11,8%	-0,1%
02 Aquisição de bens e Serviços	3.678.468	4.255.605	28,3%	3.329.143	4.027.711	23,5%	-5,4%
03 Juros e Outros encargos	31.164	41.724	0,3%	13.895	24.455	0,1%	-41,4%
04 Transferências Correntes	631.522	652.507	4,3%	622.439	675.203	3,9%	3,5%
05 Subsídios	410.872	491.545	3,3%	615.274	615.274	3,6%	25,2%
06 Outras Despesas Corrente	134.731	151.729	1,0%	181.623	209.514	1,2%	38,1%
Despesas Correntes	6.875.452	7.607.269	50,5%	6.758.599	7.564.255	44,2%	-0,6%
07 Aquisição de Bens de Capital	3.462.519	7.030.804	46,7%	5.089.168	9.068.977	53,0%	29,0%
08 Transferência de Capital	193.271	214.118	1,4%	327.059	329.779	1,9%	54,0%
09 Activos Financeiros	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0,0%
10 Passivos Financeiros	202.762	202.762	1,3%	140.432	140.432	0,8%	-30,7%
11 Outras Despesas Capital	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0,0%
Despesas Capital	3.858.552	7.447.684	49,5%	5.556.658	9.539.187	55,8%	28,1%
Total	10.734.004	15.054.953	100,0%	12.315.257	17.103.442	100,0%	13,6%

Os apoios ao associativismo tiveram larga expressão no cômputo geral das transferências correntes e de capital. Os apoios às colectividades representaram cerca de 705 mil euros. É de referir que a despesa paga no referido valor, reporta-se a protocolos que foram celebrados em mais de um ano económico e que vão sendo satisfeitos (liquidados) à medida que as colectividades vão justificando despesa, ao abrigo do regulamento dos apoios ao associativismo.

Transferências Correntes e de Capital

	Exercício 2009		Exercício 2010	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Transferências Correntes				
Apoios ao Associativismo (PDC)	524.153	42,42%	530.986	33,93%
Freguesias	22.958	1,86%	14.386	0,92%
Empresa Municipal (*)	410.872	33,25%	615.274	39,32%
Outras Transf ^{as}	84.411	6,83%	77.067	4,93%
Transferências de Capital				
Apoios ao Associativismo (PDC)	80.815	6,54%	174.360	11,14%
Freguesias	112.455	9,10%	152.699	9,76%
Empresa Municipal (*)	0	0,00%	0	0,00%
Outras Transf ^{as}	0	0,00%	0	0,00%
Total	1.235.664		1.564.772	

* Inclui subvenções financeiras à ISERBATALHA. Exceptuam-se contratos de prestação de serviços.

1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano atingiu os 94%, situação raramente observada em organismos congéneres. Em 2009, esta taxa situou-se nos 52,3%. Obtivemos um elevado índice de **eficiência orçamental** porque a autarquia revelou um excelente desempenho na execução de obras municipais, só possível de enquadrar com baixos níveis de endividamento, garante da estabilidade financeira da autarquia e da sua capacidade intrínseca para realizar investimento.

Execução das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO/PROGRAMA		DESPESA	Paga	Dotação		Taxa
		Facturada [A]		Comprom. [B]	Definida [C]	Exec. D=[B/C]
1	FUNÇÕES GERAIS	412.557	372.711	436.298	457.500	95%
111	Administração Geral	266.370	237.030	290.111	308.750	94%
121	Protecção Civil e Luta contra Incêndios	146.187	135.680	146.187	148.750	98%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	8.656.946	6.910.923	10.583.184	11.182.756	95%
211	Ensino Não Superior	1.345.474	957.624	1.664.194	1.718.475	97%
212	Serviços Auxiliares de Ensino	1.117.795	1.089.227	1.163.603	1.179.210	99%
221	Serviços Individuais de saúde	103.128	82.654	119.846	126.070	95%
232	Acção Social	23.828	23.828	23.828	24.570	97%
241	Habitação	2.678	2.678	2.678	3.100	86%
242	Ordenamento do território	674.595	507.113	1.035.912	1.309.338	79%
243	Saneamento	1.987.553	1.373.654	2.683.983	2.702.957	99%
244	Abastecimento de Água	19.727	19.727	45.587	53.830	85%
245	Resíduos Sólidos	745.178	644.906	806.031	807.918	100%
246	Protecção Meio Ambiente Conserv. Natureza	477.664	447.030	477.664	546.900	87%
251	Cultura	820.844	673.099	1.093.843	1.214.778	90%
252	Desporto Recreio e Lazer	1.338.482	1.089.381	1.466.015	1.495.110	98%
253	Outras Actividades Cívicas e Religiosas				500	
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.487.108	1.224.818	1.899.576	2.130.679	89%
320	Indústria e Energia	7.198	7.198	7.198	16.750	43%
331	Transportes Rodoviários	1.479.910	1.217.619	1.880.390	1.938.680	97%
340	Comércio e Turismo				163.249	0%
341	Mercados e Feiras					
342	Turismo			11.988	12.000	100%
4	OUTRAS FUNÇÕES	167.085	167.085	167.085	174.430	96%
420	Tranferências entre Administrações	167.085	167.085	167.085	174.430	96%
TOTAL		10.723.696	8.675.536	13.086.142	13.945.365	94%

RESUMO :

1	FUNÇÕES GERAIS	412.557	372.711	436.298	457.500	95%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	8.656.946	6.910.923	10.583.184	11.182.756	95%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.487.108	1.224.818	1.899.576	2.130.679	89%
4	OUTRAS FUNÇÕES	167.085	167.085	167.085	174.430	96%
TOTAL		10.723.696	8.675.536	13.086.142	13.945.365	94%

No mapa da execução das GOP's, retratámos os *objectivos estratégicos* da gestão autárquica nas vertentes da educação, cultura, desporto, acção social, desenvolvimento urbanístico, valorização da qualidade do ambiente, abastecimento público de água, infra-estruturas rodoviárias, etc.; constituindo o instrumento de análise dos recursos financeiros que foram directamente aplicados ao serviço da população. De facto, este é um Plano Estratégico que afectou 13.086.142 € (compromissos assumidos) do orçamento global aos projectos e programas inicialmente propostos em sede de orçamento, a título das prioridades definidas pelo Executivo.

O saneamento básico constituiu o principal investimento, logo seguido do ensino, da cultura, desporto e da rede viária, resíduos sólidos e ordenamento do território. No mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos e das Actividades Mais Relevantes estão evidenciados os projectos que maior representatividade tiveram na execução da despesa (ver – Anexo: Mapas Orçamentais).

Os investimentos realizados, constantes no PPI, foram assegurados pelas seguintes fontes de financiamento:

Fontes de Financiamento dos Investimentos

	Exercício 2009		Exercício 2010	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Empréstimos Bancários M/L prazo	750.000	19,4%	675.000	12,1%
Venda de Bens de Investimento	0	0,0%	0	0,0%
Transferências de Capital		0,0%		0,0%
FEF K (O.E.)	1.451.228	37,6%	1.475.533	26,6%
Contratos-Programa	45.844	1,2%	0	0,0%
Fundos Comunitários	784.299	20,3%	1.806.995	32,5%
Outras Receitas de Capital	6.006	0,2%	106.360	1,9%
Receitas Próprias de Func^o	821.175	21,3%	1.492.770	26,9%
Investimento Pago	3.858.552	100,0%	5.556.658	100,0%

1.4. Indicadores de Gestão orçamental

A Autonomia Financeira e a Saúde Financeira registaram um decréscimo em relação ao ano anterior. Pode-se verificar no mapa seguinte que, a Autonomia Financeira passou de 1.722.910 € para 1.511.730 € e a Saúde Financeira de 22% para 18%. O quadro seguinte ilustra um elevado grau de autonomização orçamental face às receitas provenientes do Exterior. O nível de independência da receita própria face ao exterior é de 68%.

Indicadores Orçamentais

INDICADORES	2008	2009	2010
Receitas Fiscais (Imp.Directos + Impostos Ind. + Taxas Multas e Outras Penalid.)	2.992.954	2.922.592	3.550.157
Receitas Próprias de Funcionamento (Rec. Totais - Transf. Capital - Passivos Financeiros)	7.835.178	7.882.584	8.270.328
Serviço da Dívida (Encargos Financeiros + Passivo Financeiro)	380.546	230.602	154.326
Receitas de Funcionamento / Receitas Totais	80%	72%	68%
Autonomia Financeira (Receitas Próprias de Funcion. - Despesas Obrigat. correntes)	1.425.252	1.722.910	1.511.730
Saúde Financeira (Auton. Financeira / Rec. Próprias de funcionam.)	18%	22%	18%

2. ANÁLISE PATRIMONIAL : BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.1. Análise ao Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2010.

Pela análise da sua estrutura, verificamos que os fundos patrimoniais da autarquia, no montante de 44.654.080 €, registaram uma diminuição de 1.299.173 € em relação a 2009, novamente pela influência dos resultados líquidos negativos do exercício.

A dívida a médio e longo prazo aumentou em 534.569 €, sob a forma de empréstimos a longo prazo, visados pelo Tribunal de Contas, fundamentalmente pela necessidade de utilização parcial de um empréstimo contratualizado em 2007 com a Caixa Crédito Agrícola para a aplicação em obras que vão ser co-financiadas por fundos comunitários.

A expressiva rubrica dos proveitos diferidos de 8.733.020 €, diz respeito, fundamentalmente, ao diferimento dos apoios financeiros não reembolsáveis provenientes dos fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.

No activo circulante as dívidas de terceiros registaram uma diminuição de 218.442 €.

Balanço

\	Activo	2010			2009	Var. (valor)
		AB	AP	AL	AL	
	Imobilizado:					
	Bens de Domínio Público:					
451	Terrenos e recursos naturais.....	3.751		3.751	3.751	0
452	Edifícios.....					
453	Outras construções e infra-estruturas.....	71.228.617	33.788.562	37.440.055	39.395.304	-31.833.313
455	Bens do património histórico, artístico e cultural.....	50.000		50.000	50.000	
459	Outros bens de domínio público.....					
445	Imobilizações em Curso.....	5.651.794		5.651.794	3.024.741	-2.627.053
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público.....					
		76.934.161	33.788.562	43.145.599	42.473.795	-34.460.366
	Imobilizações Incorpóreas:					
431	Despesas de instalação.....					
432	Despesas de Investigação e de desenvolvimento.....					
433	Propriedade industrial e outros direitos.....					
443	Imobilizações em curso.....	182.336		182.336	137.484	-44.852
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas.....					
		182.336		182.336	137.484	-44.852
	Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais.....	690.052		690.052	470.163	-219.890
422	Edifícios e outras construções.....	10.623.878	1.363.966	9.259.912	8.696.737	-1.927.141
423	Equipamento básico.....	1.201.883	821.867	380.015	276.797	-925.085
424	Equipamento de transporte.....	826.229	597.687	228.542	171.358	-654.871
425	Ferramentas e utensílios.....	326.026	232.081	93.945	100.120	-225.906
426	Equipamento administrativo.....	1.179.007	1.017.263	161.744	137.634	-1.041.373
427	Taras e vasilhame.....					
429	Outras imobilizações corpóreas.....	234.554	132.848	101.706	105.339	-129.216
442	Imobilizações em curso.....	2.553.302		2.553.302	1.275.790	-1.277.513
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....					
		17.634.932	4.165.713	13.469.219	11.233.937	-6.400.994
	Investimentos financeiros:					
411	Partes de capital.....	166.789		166.789	166.789	
412	Obrigações e títulos de participação.....	43.110		43.110	43.111	1
414	Investimentos em imóveis.....					
415	Outras aplicações financeiras.....					
441	Imobilizações em curso.....					
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....					
		209.900		209.900	209.900	1
	Circulante:					
	Existências:					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.....	243.002		243.002	134.235	-108.766
35	Produtos e trabalhos em curso.....					
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos.....					
33	Produtos acabados e intermédios.....					
32	Mercadorias.....	7.849		7.849	7.849	
37	Adiantamentos por conta de compras.....					
		250.851		250.851	142.085	-108.766
	Dividas de Terceiros - Médio e Longo Prazo					
	Clientes, c/c.....					
	Contribuintes, c/c.....					
	Utentes, c/c.....					
	Dividas de Terceiros - Curto Prazo:					
28	Empréstimos concedidos.....	17.500		17.500	17.500	
211	Clientes, c/c.....	130.735		130.735	195.513	64.778
212	Contribuintes, c/c.....	28.857		28.857	248.396	219.539
213	Utentes, c/c.....					
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobranças duvidosa.....	26.958	26.958	0		-26.958
251	Devedores pela execução do orçamento.....					
229	Adiantamentos a fornecedores.....					
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....					
24	Estado e outros entes públicos.....					
264	Administração autárquica.....					
262 + 263 + 267 + 268	Outros Devedores.....	38.917		38.917		-38.917
		242.967	26.958	216.009	461.409	218.442
	Títulos negociáveis:					
151	Acções.....					
152	Obrigações e títulos de participação.....					
153	Títulos de dívida pública.....					
159	Outros títulos.....					
18	Outras aplicações de tesouraria.....	15.108		15.108	15.108	
		15.108		15.108	15.108	
	Depósitos bancários e caixa:					
12	Depósitos em instituições financeiras.....	628.824		628.824	600.380	-28.445
11	Caixa.....	486		486	959	473
		629.310		629.310	601.338	-27.972
	Acréscimos e diferimentos:					
271	Acréscimos de proveitos.....	382.577		382.577	321.580	-60.997
272	Custos diferidos.....	17.392		17.392	31.865	14.473
		399.969		399.969	353.444	-46.525
	Total das amortizações		37.954.275			
	Total de Provisões		26.958			
	Total do Activo	96.499.534	37.981.233	58.518.301	55.628.501	-40.871.033

Continuação

Código das Contas POCAL	Fundos próprios e passivo	2010	2009	Var. (valor)
Fundos próprios:				
51	Património.....	50.899.719	50.899.719	
55	Ajustamento de partes de capital em empresas.....	-37.089	-37.089	0
56	Reservas de reavaliação.....			
Reservas:				
571	Reservas legais.....			
572	Reservas estatutárias.....			
573	Reservas contratuais.....			
574	Reservas Livres.....			
575	Subsídios.....			
576	Doações.....	115.000	115.000	
577	Reservas decorrentes de transferências de activos.....			
59	Resultados Transitados.....	-4.985.521	-4.441.901	543.620
88	Resultado Líquido do Exercício.....	-1.338.030	-582.476	755.554
	Total dos fundos próprios	44.654.080	45.953.253	1.299.173
Passivo:				
	Provisões para riscos e encargos.....			
	Dívidas a terceiros de médio e longo Prazo	1.864.998	1.330.429	-534.569
		1.864.998	1.330.429	-534.569
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
2311	Empréstimos de curto prazo.....			
269	Adiantamentos por conta de vendas.....			
221	Fornecedores c/c.....	394.409	166.920	-227.489
228	Fornecedores-facturas em recepção e conferência.....	1.026	97.937	96.910
252	Credores pela execução do orçamento.....			
217	Clientes e Utentes com cauções			
2611	Fornecedores de imobilizado c/c.....	1.778.960	128.067	-1.650.893
2618	Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e conferência.....	86.913	29.201	-57.713
24	Estado e outros entes públicos.....	490.803	436.532	-54.271
264	Administração autárquica.....			
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores.....	2.789	111.480	108.691
		2.754.901	970.136	-1.784.764
	Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos.....	511.303	280.203	-231.100
274	Proveitos diferidos.....	8.733.020	7.094.478	-1.638.541
		9.244.323	7.374.681	-1.869.642
	Total do Passivo	13.864.221	9.675.247	-4.188.974
	Total dos fundos próprios e do passivo	58.518.301	55.628.500	-2.889.801

O quadro seguinte é elucidativo de um aumento do imobilizado líquido na ordem dos 2,95 milhões euros, mormente por influência de uma forte política de investimentos inigualável nas duas últimas décadas, não obstante o efeito gerador de amortizações acumuladas que, em regra, contraria esta tendência. O imobilizado bruto viria a crescer no montante de 6.718.319 € praticamente o dobro do ano anterior.

As amortizações foram calculadas de acordo com a Portaria 671/2000.

Estrutura do Activo Líquido

Unidade: milhões de euros

Componentes do Activo	2008	2009	2010	VAR. (%)
Bens de dominio público	44.078.493	42.473.795	43.145.599	1,58%
Imobilizado incorpóreo	101.370	137.484	182.336	32,62%
Imobilizado corpóreo	10.011.627	9.958.148	10.915.917	9,62%
Imobilizado em curso	236.114	1.275.790	2.553.302	100,14%
Total do imobilizado	54.427.604	53.845.216	56.797.154	5,48%
Investimentos financeiros	209.900	209.900	209.900	0,00%
Existências	139.962	142.085	250.851	76,55%
Dívidas a receber	128.943	461.409	216.009	-53,18%
Títulos negociáveis	15.108	15.108	15.108	0,00%
Depósitos e caixa	397.452	601.338	629.310	4,65%
Acréscimo de proveitos	655.538	321.580	382.577	18,97%
Custos diferidos	33.001	31.865	17.392	-45,42%
Total	1.579.904	1.783.284	1.721.147	-3,48%
Activo Líquido	56.007.508	55.628.500	58.518.301	5,19%

Conforme se pode verificar, não se registaram variações nos investimentos financeiros.

Investimentos Financeiros

Unidade: milhões de euros

Investimentos Financeiros	2008	2009	2010	VAR. (%)
Partes de capital	166.789	166.789	166.789	0,00%
Obrigações e títulos de participação	43.110	43.110	43.110	0,00%
Investimentos em imóveis				0%
Outras aplicações financeiras				0%
Imobilizações em curso				0%
Adiantamentos				0%
Total	209.899	209.899	209.899	0%

A liquidez reduzida e imediata (tesouraria de curto prazo), aparentemente está em desequilíbrio face à observação dos rácios abaixo representados. Contudo, trata-se de dívida vincenda (e não vencida), cuja cobertura financeira é maioritariamente assegurada por fundos comunitários que, à data da produção do presente relatório, já foram em parte reembolsados.

O prazo médio de pagamentos situa-se abaixo dos 65 dias, corroborando o pontual cumprimento dos compromissos assumidos com as entidades fornecedoras. Temos adoptado medidas que colocam grande pressão junto da CCDRC para o rápido reembolso de pedidos de pagamento de obras co-financiadas pelos fundos comunitários.

Estrutura da Liquidez

Unidade: milhões de euros

Liquidez	2008	2009	2010	VAR. (%)
1 Disponibilidades	397.452	601.338	629.310	5%
2 Títulos negociáveis	15.108	15.108	15.108	0%
3 Dívidas a receber de curto prazo	128.943	461.409	216.009	-53%
4 Dívidas a pagar de curto prazo	1.370.909	970.136	2.754.901	184%
5 Líquidez (5=1+2+3-4)	-829.406	107.719	-1.894.474	

Apesar da influência dos resultados transitados acumulados negativos, os fundos patrimoniais quase estabilizaram. A variação homólogo é de - 2,83% em relação a 2009, não comprometendo a solidez da estrutura dos capitais próprios face ao activo líquido, porquanto a autonomia financeira regista um rácio de 76,31%, indicador que acima dos 20% é considerado equilibrado.

Fundos Próprios

Unidade: milhões de euros

Fundos Próprios				
Componentes dos Fundos Próprios	2008	2009	2010	VAR. (%)
Fundo patrimonial	50.899.929	50.899.719	50.899.719	0,00%
Ajustamentos de partes de capital em empresas	-37.089	-37.089	-37.089	0,00%
Reservas + subsídios + doações	115.000	115.000	115.000	0,00%
Resultados transitados	-3.786.863	-4.441.901	-4.985.521	12,24%
Resultados do exercício	-655.037	-582.476	-1.338.030	129,71%
Total dos fundos próprios	46.535.940	45.953.253	44.654.080	-2,83%

2.2. Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)

A dívida a médio e longo prazo aumentou em 534.569 €, sob a forma de empréstimos a longo prazo, visados pelo Tribunal de Contas, fundamentalmente pela necessidade de utilização parcial de um empréstimo contratualizado em 2007 com a Caixa Crédito Agrícola para a aplicação em obras que vão ser co-financiadas por fundos comunitários.

O passivo de curto prazo cresceu em 183,97%, face à dívida a fornecedores de imobilizado, cujos investimentos estão assegurados por fundos comunitários. O endividamento perante instituições de crédito cresceu 40,18%, resultando da utilização de empréstimo já contratualizado no exercício económico de 2007.

Componentes do Passivo

Unidade: milhões de euros

Componentes do Passivo	2008	2009	2010	VAR. (%)
Dívidas a médio e longo prazo	783.191	1.330.429	1.864.998	40,18%
Dívidas a curto prazo	1.370.909	970.136	2.754.901	183,97%
Total de dívidas a terceiros	2.154.100	2.300.565	4.619.898	100,82%
Provisões para riscos e encargos	0	0	0	0,00%
Acréscimo de custos	385.340	280.203	511.303	82,48%
Proveitos diferidos	6.932.127	7.094.478	8.733.020	23,10%
	9.471.567	9.675.246	13.864.221	43,30%

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor, não obstante as restrições impostas pela Lei das Finanças Locais e pela Lei do Orçamento de Estado.

Em 31 de Dezembro, a dívida da autarquia reflectia o valor de 4.619.899 €.

Apesar dos formalismos que obrigam à apresentação pelas entidades fornecedoras das respectivas declarações não dívida perante a DGCI e a Segurança Social, com consequentes entropias na programação mensal dos pagamentos, os *Prazos Médios de Pagamento* situaram-se nos **45** dias, denotando uma rigorosa gestão de tesouraria em tempos de aumento substancial das despesas de investimento. Veja-se a estrutura da dívida nos quadros seguintes:

Estrutura da Dívida

Dívidas a Terceiros (curto prazo)	2009	2010	Var.Valor
Fornecedores c/c.	264.856	395.435	130.579
Fornecedores Imobilizado	157.268	1.865.874	1.708.606
Estado e Outros Entes Públicos	436.532	490.803	54.271
Outros Credores	111.480	2.789	-108.691
Total	970.136	2.754.901	1.784.764
Dívidas de Terceiros (curto prazo)	2009	2010	Var.Valor
Clientes, Contribuintes e Utentes	195.513	130.735	-64.778
Clientes, Contribuintes e Utentes, Cobr.Duv.	0	0	0
Contribuintes, c/c.	248.396	28.857	
Estado e Outros Entes Públicos		0	
Empréstimos concedidos	17.500	17.500	0
Outros Devedores			0
Total	461.409	177.092	-284.317
Dívidas a Terceiros (M/Longo Prazo)	2009	2010	Var.Valor
Empréstimos Obtidos	1.330.429	1.864.998	534.569
Total	1.330.429	1.864.998	534.569

A dívida bancária de médio e longo prazo integra a dívida que releva para o limite de endividamento.

O serviço da dívida representou um encargo total de 154.325,08 € (juros – 13.893,58 € e amortizações – 140.431,50 €), tendo diminuído em 76.276,77 € em relação ao ano anterior, fruto do termo de amortização de empréstimos.

É de realçar as taxas de juros cresceram, não obstante os encargos correntes da dívida terem sofrido uma redução de 50,1%, devido ao motivo já invocado no parágrafo anterior, assim como pelo efeito das operações de cobertura de taxas de juro (operações *swap*). Numa boa política de gestão dos passivos financeiros, o acompanhamento diário dos *fixings* das taxas de juro e a gestão activa das barreiras dos *swaps* possibilitam o ajustamento destas estruturas à evolução do mercado permitindo assim poupanças significativas.

2.3. Afectação dos Limites Legais ao Endividamento

De acordo com a Lei do Orçamento do Estado, no ano de 2006, os encargos anuais dos municípios, incluindo os que oneraram as respectivas empresas municipais e associações de municípios em que participam, com amortizações e juros dos empréstimos a médio e longo prazos, incluindo os dos empréstimos obrigacionistas, não podiam exceder o maior dos limites do valor correspondente a um oitavo dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal que cabia ao município ou a 10% das despesas realizadas para investimento pelo município no ano anterior. Excepcionaram-se os empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários.

Anteriormente à Lei n° 32-B/2002, de 30 de Dezembro (OE/2003), o segundo limite legal era de 20% sobre D.I. n-1. Com as actualizações à Lei, foi reduzido para metade, comprometendo a nossa capacidade de contrair novos empréstimos, já

que o maior dos limites era, com regularidade, aquele que expressava uma indexação ao nível do investimento.

Com a introdução da nova Lei das Finanças Locais, regulamentada pela Lei n.º 02/2007, de 15 de Janeiro, interessa avaliar os efeitos *pró-activos* dos novos limites legais do endividamento municipal.

Assim, a LFL vem definir outros níveis de controlo do endividamento autárquico, com maior preponderância para:

1. *Endividamento Líquido*, equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores. O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior;
2. *Limites ao Crédito Autárquico*, cujo montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19º da LFL, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Quando um município não cumpra os limites acima referenciados, deve reduzir em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de

endividamento líquido, até que aquele limite seja cumprido e serão retidos 10% dos fundos provenientes do FEF.

Para avaliar os efeitos da nova Lei, determinámos o limite legal à capacidade de endividamento da autarquia, a 31/12/2010, cujos valores estão reflectidos no quadro seguinte.

Limite Legal à Capacidade de Endividamento

		Receitas 2009
1.	PARTICIPAÇÃO IMPOSTOS MUNICIPAIS (ANO N-1)	2.055.299,64
01.02.02.	Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	1.087.880,27
01.02.03.	Imposto Único de Circulação (IUC)	264.798,81
01.02.04.	Imposto Municipal sobre as transmissões Onerosas de Imóveis (IMIT)	697.245,08
01.02.07.01	Contribuição Autárquica	5.042,15
01.02.07.02	Imposto Municipal de Sisa	333,33
2.	PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO NO FEF e IRS	4.254.600,99
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF Capital)	1.475.533,00
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF Corrente)	2.208.175,99
06.03.01.02	Fundo Social Municipal (FSM)	239.302,00
06.03.01.03	Participação Fixa no IRS	331.590,00
3.	DERRAMA	387.174,19
4.	PARTICIPAÇÃO RESULTADOS SECTOR EMPRESARIAL LOCAL	0,00
	Iserbatalha, E.M.	0,00
RECEITAS TOTAIS		6.697.074,82

A) LIMITE LEGAL DO ENDIVIDAMENTO LIQUIDO (Artº 37º, nº1, LFL)	8.371.343,53
(125% das Receitas Imp. Municipais, Particip. FEF e IRS, Derrama, Result. E.M.)	
B) ENDIVIDAMENTO LIQUIDO	3.070.084,82
(Passivos-Activos-Excepções previstas na Lei)	
C) MEIOS LIBERTOS LIQUIDOS (DO ENDIVIDAMENTO LEGAL)	5.301.258,71
(A-B)	

Com a mudança significativa do conceito de endividamento, bem como dos critérios que fixam o limite desse endividamento, ocorrida em 2007, com a publicação da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, o referencial passou a ser o endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95).

Cálculo do Endividamento Líquido

	ACTIVO	PASSIVO
Classe 1 - Disponibilidades	644.418,14	
Classe 2 - Terceiros	604.019,28	13.825.304,28
2.1 Clientes, contribuintes e utentes	186.549,89	
2.2 Fornecedores		395.435,25
2.3 Empréstimos obtidos		1.864.997,88
2.4 Estado e outros entes públicos		86.913,13
2.6 Outros devedores e credores		2.233.635,21
2.7 Acréscimos e diferimentos	399.969,39	9.244.322,81
2.8 Empréstimos concedidos	17.500,00	
Classe 4 - Investimentos financeiros	209.899,55	
TOTAL	1.458.336,97	13.825.304,28
TOTAL sem 2745 e 2749	1.458.336,97	5.092.284,67
Passivos - Activos - Ct.2745, 2749 e 414	3.633.947,70	
Excepções ao endividamento - Projectos c/ Fundos Comunitários	563.862,88	
Endividamento Líquido	3.070.084,82	

O endividamento líquido a 31/12/2009 era de 335.980 €, aumentando para 3.633.947,70 € a 31/12/2010.

O limite legal ao endividamento da autarquia para o ano de 2010 era de 8.344.119,29 euros (Lei 2/07, Art. 37º, n.º 1), pelo que o **valor do endividamento líquido (legalmente aceite) em 31 de Dezembro de 2010 corresponde a 36,79 % do máximo legal permitido. É de referir que a DGAL aprovou um limite legal para 2010 até ao montante de 8.275.362,29 €.**

2.4. Análise à Demonstração de Resultados

Pela análise comparativa dos resultados dos exercícios de 2009 e 2010, pode-se concluir que os proveitos registaram uma diminuição global de 232.395 euros e os custos totais um aumento de 523.159 euros. A redução mais significativa nos proveitos tem a ver com a rubrica dos proveitos suplementares que registou uma variação negativa de 993.190 €. Como já tivemos oportunidade de referir, em 2009 obtivemos, excepcionalmente, rendas de concessão de parques eólicos, situação que não veio em verificar-se no exercício em análise.

Demonstração de Resultados

(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2010		2009	
	Custos e Perdas				
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias			1.165	
	Matérias	42.775	42.775	71.494	72.659
62	Fornecimentos e serviços externos	3.530.661		3.395.976	
	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações	1.628.471		1.743.286	
643 a 648	Encargos sociais	296.100	5.455.232	307.803	5.447.065
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1.124.317	1.124.317	974.396	974.396
66	Amortizações do exercício	3.846.299		3.727.098	
67	Provisões	3.085	3.849.384		3.727.098
65	Outros custos e perdas operacionais	2.057	2.057	7.642	7.642
	(A) Custos e Perdas Operacionais		10.473.764		10.228.860
68	Custos e Perdas Financeiras	15.778	15.778	29.473	29.473
	(C) Custos e Perdas Correntes		10.489.542		10.258.333
69	Custos e perdas extraordinários	542.040	542.040	250.090	250.090
	(E) Custos e Perdas do Exercício		11.031.582		10.508.423
88	Resultado líquido do exercício		-1.338.030		-582.476
			9.693.552		9.925.947
	Proveitos e ganhos				
	Vendas de produtos e prestações de serviços:				
7111	Vendas de Mercadorias	4.830		1.316	
7112+7113	Vendas de Produtos			1.178	
712	Prestações de serviços	360.778	365.608	179.448	181.941
72	Impostos e taxas	3.150.114		2.726.804	
	Variação da Produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	639.344		1.632.534	
74	Transferências e subsídios obtidos	4.622.965		4.632.658	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	948	8.413.371	10.319	9.002.314
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais		8.778.979		9.184.256
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	3.472	3.472	8.670	8.670
	(D) Proveitos e Ganhos Correntes		8.782.451		9.192.926
79	Proveitos e ganhos extraordinários	911.102	911.102	733.021	733.021
	(F) Proveitos Totais		9.693.552		9.925.947
	Resumo:				
	Resultados Operacionais	B-A	-1.694.786	-1.044.604	
	Resultados Financeiros	(D-B)-(C-A)	-12.306	-20.803	
	Resultados Correntes	D-C	-1.707.092	-1.065.407	
	Resultado líquido do exercício	F-E	-1.338.030	-582.476	

O acréscimo nos custos de 4,98% resultou, fundamentalmente, do aumento das transferências e subsídios correntes concedidos, fruto da necessidade de reforço de financiamento da ISERBATALHA, E.E.M. em resultado do acréscimo das competências nos domínios da Educação. Os custos extraordinários duplicaram em virtude do aumento das transferências para juntas de freguesia e subvenção financeira do 2^a semestre de 2009 para a empresa municipal. Assim, destacam-se as transferências realizadas no âmbito dos protocolos de delegação de competências nas juntas [143.683 €], apoios às instituições sem fins lucrativos [169.447 €] e subvenção concedida à empresa municipal para reposição de equilíbrio económico e financeiro [189.682 €]. Os resultados líquidos foram negativos no montante de 1.338.030 €, contudo os Meios Libertos Líquidos (deduzidos das amortizações e provisões do exercício), evidenciaram um valor positivo de 2.511.354 €. As amortizações totalizaram 3.846.299 €.

Estrutura de Custos e Proveitos – Peso Relativo (%)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		% *
Custos e Perdas		
Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas	42.775	0%
Fornecimentos e serviços externos	3.530.661	32%
Custos com pessoal	1.924.571	17%
Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	1.124.317	10%
Amortizações e Provisões do exercício	3.849.384	35%
Outros custos e perdas operacionais	2.057	0%
Custos e Perdas Financeiras	15.778	0%
Custos e perdas extraordinários	542.040	5%
(E) Custos e Perdas do Exercício	11.031.582	
Proveitos e ganhos		
Vendas de produtos e prestações de serviços	365.608	4%
Impostos e taxas	3.150.114	32%
Proveitos suplementares	639.344	7%
Transferências e subsídios obtidos	4.622.965	48%
Outros proveitos e ganhos operacionais	948	0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	3.472	0%
Proveitos e ganhos extraordinários	911.102	9%
(F) Proveitos Totais	9.693.552	
Resultados Operacionais	-1.694.786	
Resultados Financeiros	-12.306	
Resultados Correntes	-1.707.092	
Resultado líquido do exercício	-1.338.030	

Pela análise do quadro acima referenciado, verificamos que as amortizações continuam a representar o custo operacional mais significativo, cujo peso relativo é de 35% sobre os custos totais do exercício, constituindo um “custo técnico” sem reflexo nos fluxos financeiros no exercício económico em análise. Observe-se que, a estrutura de custos com pessoal pesa apenas 17% dos custos totais, constituindo um excelente referencial a nível nacional. No ano anterior, estes custos atingiram os 20%. Os fornecimentos e serviços externos mantêm a representatividade de 32% do total da estrutura de custos.

As transferências e subsídios obtidos registaram uma ligeira diminuição de 0,21%, verificando-se uma representatividade de 48% da totalidade dos proveitos do exercício, com maior dependência das transferências do Orçamento do Estado. Nesta rubrica, a redução nominal foi de apenas 9.693 €.

Estrutura de Custos

Unidade: milhões de euros

Custos	2008	2009	2010	VAR. (%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	140.230	72.659	42.775	-41,13%
Fornecimentos e serviços externos	3.309.273	3.395.976	3.530.661	3,97%
Custos com pessoal	1.863.895	2.051.089	1.924.571	-6,17%
Transferências e subsídios concedidos	913.327	974.396	1.124.317	15,39%
Amortizações	3.739.890	3.727.098	3.846.299	3,20%
Outros custos operacionais	22.551	7.642	2.057	-73,08%
Custos financeiros	43.169	29.473	15.778	-46,47%
Custos extraordinários	490.147	250.090	542.040	116,74%
Total de custos	10.522.482	10.508.423	11.028.497	4,95%

Pela leitura das demonstrações financeiras é visível que são os subcontratos os custos com maior representatividade no seio dos FSE (representam 43,32% do total dos FSE de 2010). Fundamentalmente, são custos relacionados com Recolha de Lixo (Valorlis), Limpeza e recolhas de lixos (Suma), Recolha de Efluentes (Simlis), e valores relativos a prestações de serviço de limpeza e manutenção de equipamentos públicos (realizados pela empresa municipal – Iserbatalha).

De 2009 para 2010, verificou-se um aumento de 134.685 euros no valor global dos FSE's, o que representa um acréscimo de 3,97%. As principais variações dos fornecimentos e serviços externos ocorreram nas seguintes rubricas:

- Subcontratos: aumento de 54.633 euros que resultaram, fundamentalmente, da regularização das subvenções financeiras atribuídas ISERBATALHA (294.268 € para 378.014 €);
- Outros FSE's : *Electricidade* (EDP), aumentou 46.524 €; *combustíveis*, aumentaram 32.966 €; *seguros*, aumentaram 6.509 €; *transportes escolares*, aumentaram 20.474 €; serviços de terceiros, aumentaram em cerca de 47 mil euros, em virtude da reclassificação de algumas rubricas que estavam a ser utilizadas no ano anterior.

Estrutura de Proveitos

Unidade: milhões de euros

Proveitos	2008	2009	2010	VAR. (%)
Vendas de mercadorias	2.113	2.494	4.830	93,67%
Vendas de produtos	0	0	0	
Variação da produção	0	0	0	
Prestação de serviços	432.447	179.448	360.778	101,05%
Outras situações	0	0	0	
Impostos e taxas	3.322.608	2.726.804	3.150.114	15,52%
Transferências e subsídios obtidos	4.409.612	4.632.658	4.622.965	-0,21%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	
Proveitos suplementares	1.104.737	1.632.534	639.344	-60,84%
Outros proveitos operacionais	1.035	10.319	948	-90,82%
Proveitos financeiros	40.803	8.670	3.472	-59,96%
Proveitos extraordinários	554.089	733.021	911.102	24,29%
Total de proveitos	9.867.444	9.925.948	9.693.552	-2%

Na estrutura de proveitos, é notório o impacto da diminuição dos proveitos suplementares, pelos motivos já expostos. As taxas e impostos tiveram um crescimento de 15,52%, com particular destaque na regularização da dívida das Águas do Lena, S.A., como já havíamos mencionado no capítulo das receitas orçamentais.

2.5. Indicadores de estrutura e de gestão patrimonial

Pela leitura dos indicadores de liquidez abaixo referenciados, aparentemente pode-se tirar a ilação de que a tesouraria espelha uma situação de desequilíbrio estrutural. Isto porque, os rácios de liquidez (geral, reduzida e imediata) têm indicador abaixo de 1 ponto, o que poderia reflectir-se em desajustamentos face às necessidades de financiamento a curto prazo. Contudo, tal apreciação é incorrecta, porque, no caso em apreço, praticamente toda a dívida de curto prazo assumida com fornecedores de imobilizado, têm fontes de financiamento asseguradas através do QREN.

Por outro lado, tem particular influência, o formalismo procedimental ou técnico-administrativo adoptado, já que a realidade subjacente à contabilização da receita, determina que os proveitos provenientes da transferência de impostos e outras transferências correntes e de capital do Orçamento do estado e outros Entes Públicos, só sejam registados quando obtido o conhecimento do seu crédito em conta bancária. A obtenção da receita (variável) normalmente ocorre com a periodicidade mensal, e não figura no balanço como dívida de terceiros em 31/12 de cada ano. São registados na contabilidade através de extracto que evidencia a transferência bancária, ou por meio de ofício remetido pela entidade ordenadora da transferência. Tal cadência da receita (com a periodicidade mensal) é praticamente suficiente para suprir eventuais desequilíbrios de tesouraria.

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro muito positivo.

A capacidade do Município de financiar o seu activo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida através do índice de autonomia, evidencia uma situação muito confortável e até *sui generis* dentro da realidade autárquica.

O índice de solvência demonstra a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, apresentado, neste momento, um dos melhores indicadores do país.

Indicadores de estrutura

<i>Capital Circulante</i>	Existências	250.851 €	
	Dívidas de terceiros - curto prazo	216.009 €	
	Títulos negociáveis	15.108 €	
	Disponibilidades (Cx.+Dep.)	629.310 €	
		1.111.278 €	
<i>Liquidez Geral</i>	Capital Circulante	1.111.278 €	0,40
	Exigível Curto Prazo	2.754.901 €	
<i>Liquidez Reduzida</i>	Capital Circulante-Stocks	860.427 €	0,31
	Exigível Curto Prazo	2.754.901 €	
<i>Liquidez Imediata</i>	Disponibilidades	629.310 €	0,23
	Exigível Curto Prazo	2.754.901 €	
<i>Autonomia Financeira</i>	Fundos Próprios	44.654.080 €	76%
	Activo Liquido	58.518.301 €	
<i>Solvabilidade</i>	Fundos Próprios	44.654.080 €	322%
	Passivo Total	13.864.221 €	

Registe-se que ao nível da estrutura financeira da autarquia, os rácios espelham uma boa situação de solvabilidade, revelando uma boa gestão municipal, garantindo a cobertura total do passivo por fundos próprios, sendo praticamente três vezes superior ao exigível de curto, médio e longo prazo.

Indicadores de Gestão Patrimonial

<i>Indicador de imobilização dos Fundos Próprios</i>	<= 1	Fundos Próprios	44.654.080 €	0,78
		Imobilizado Líquido	57.007.054 €	
<i>Indicador da capacidade de Endividamento</i>	>= 0,5	Fundos Próprios	44.654.080 €	0,96
		Capitais Permanentes	46.519.078 €	
<i>Indicador de Solvabilidade</i>		Activo	58.518.301 €	422%
		Passivo	13.864.221 €	

<i>Meios Libertos s/ o Activo Líquido</i>	R. Liq. +Amort.Prov.+Custos financ.	2.527.131 €	4%
	Activo Total Líquido	58.518.301 €	

2.6. Anotação dos factos relevantes verificados após encerramento do Exercício

No exercício de 2010, as receitas obtidas e contabilizadas nas rubricas orçamentais “Conservação e Tratamento de Esgotos” - (Saneamento) no montante de 182.700,83 €, e “Recolha e Tratamento de Lixo” no montante de 537.744,83 €, respectivamente, resultaram, em parte, de proveitos incorridos no exercício económico de 2009. Foram registados na conta 797 – correcções relativas a exercícios anteriores, valores respeitantes a saneamento [68.152 €] e lixos [192.618 €]. A concessionária ÁGUAS DO LENA, S.A., regularizou a sua dívida perante a autarquia no montante de 260.769,98 € relativamente ao exercício de 2009 e 210.316,79 € do exercício de 2010, sendo os reportados valores contabilizados na conta 7240401230601 – *conservação e tratamento de esgotos* e na conta 7240401239901 – *recolha e tratamento de lixos*.

No que diz respeito às rendas de concessão das águas (ÁGUAS DO LENA, S.A.), os valores das mesmas foram contabilizadas como proveito do exercício de 2010 na conta **73901** “Concessão Águas” pelo valor de 99.859 €.

Com a celebração do *finance project* em aditamento ao Contrato de Concessão da Exploração do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha, a concessionária regularizou toda a dívida em trânsito (2009 e 2010), no montante de 243.014,30 € e pagou uma *renda de concessão* no valor de 210.735,70 € que diz respeito à extensão de 8 anos de contrato de exploração.

Outro facto que interessa relevar, diz respeito às comparticipações familiares dos ATL's, cuja cobrança está a cargo da ISERBATALHA, mas que constitui receita municipal. As receitas apuradas a título da componente das comparticipações familiares, referente às refeições das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância do ano de 2009, no montante global de 93.567,56 €, foram reflectidas no exercício de 2010, na conta patrimonial 797 "Correcções Relativas a anos anteriores". As refeições escolares do 1º semestre de 2010 no montante de 51.968,61 €, foram registadas na conta 71207020801, constituindo proveito do exercício em análise. Os valores do 2º semestre [53.136,58 €], foram contabilizados como acréscimo de proveitos.

A Lei n.º 57-F/2006 de 29 de Dezembro que regula o novo regime jurídico do sector empresarial local, vem definir novas regras para garantir o equilíbrio das contas das empresas municipais. Assim, obriga à apresentação de resultados anuais equilibrados, devendo os municípios garantir uma transferência financeira que venha a repor o resultado de exploração, no caso do resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo.

Mediante este pressuposto, e após análise do balancete de centro de custos para o 2º Semestre de 2010, a Iserbatalha E.E.M. chegou à conclusão que o mesmo evidenciava uma exploração deficitária, em algumas actividades cujas

competências foram delegadas pela Autarquia, cujo resultado negativo (global) era de 153.387,07 €. Assim, utilizando as prerrogativas previstas no Artº 31º da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Janeiro a Iserbatalha E.E.M. solicitou ao Município a cobertura dos Resultados Negativos de Exploração do 2º Semestre de 2010 no montante acima mencionado, tendo sido aprovada uma subvenção financeira no reportado valor, por deliberação nº 2011/0172/DAG/DFP (SOC).

2.7. Proposta de Aplicações de Resultados

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido negativo de 1.338.030,06 euros, tenha a seguinte aplicação:

- - 1.338.030,06 euros para Resultados Transitados.

Batalha, 29 de Março de 2011